



# **RADAR** TRABALHISTA

**Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC  
Ano 8 - Número 454 - 13/04 a 17/04/2026**

# Sumário

- Destaque da Semana
- Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)
- Notícias do Executivo
- Notícias do Ministério Público do Trabalho
- Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho
- e-Social
- Outras Notícias
- Atos Normativos
- Dados estatísticos do TST

## Destaque da Semana

[STF pauta para maio a ação da CNI e da CNC que discute a lei da igualdade salarial](#)

Jota - 16/04/2026

O Supremo Tribunal Federal (STF) pautou para a sessão de 6 de maio a análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 7612, ajuizada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e pela Confederação Nacional do Comércio, Bens, Serviços e Turismo (CNC), que discute pontos da lei que trata da igualdade salarial de gênero (Lei 14.611/2023). O caso está sob relatoria do ministro Alexandre de Moraes, que também é relator de outras duas ações sobre a matéria que já estavam agendadas para o mesmo dia (ADI 7631 e ADC 92).

Entre outros pontos, a lei questionada determina a publicação semestral de relatórios de transparência salarial e de critérios remuneratórios por empresas com 100 ou mais empregados.

Na ADI 7612, as confederações pedem que o Supremo aprecie pontos da norma que trata da isonomia salarial entre homens e mulheres que exercem a mesma função.

Na petição, a CNI e a CNC explicam que não está em discussão na ação o princípio constitucional da isonomia, mas apenas a necessidade de adequação da Lei 14.611/2023, para que desigualdades legítimas e objetivas, como o tempo na função e na empresa e a perfeição técnica do trabalho, não sejam consideradas como discriminação de gênero.

# RADAR TRABALHISTA

## Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

### [Adicional de periculosidade para motociclistas dispensa regulamentação prévia](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/04/2026

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) definiu, nesta sexta-feira (17), em julgamento de incidente de recursos repetitivos ([Tema 101](#)), que o pagamento do adicional de periculosidade a trabalhadores que utilizam motocicleta não depende de regulamentação prévia do Poder Executivo. A decisão, tomada pelo Pleno da Corte, estabelece tese vinculante a ser aplicada em todo o Judiciário trabalhista. Para a maioria do colegiado, o dispositivo da CLT que trata do adicional para motociclistas é autoaplicável porque já define, de forma clara, que o trabalho com motocicleta em vias públicas é atividade perigosa.

### [Testemunhas de empresa farmacêutica não são suspeitas por exercer cargo de confiança](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 17/04/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho anulou a decisão que havia declarado suspeitas as testemunhas indicadas pelo laboratório EMS S.A. por exercerem cargo de confiança. Segundo o colegiado, o fato de exercer cargo de confiança não torna o depoente automaticamente suspeito, e cabe ao trabalhador comprovar a falta de isenção da testemunha do empregador.

### [Usina é responsabilizada por morte de menino de três anos em desabamento de telhado](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/04/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho aumentou de R\$ 50 mil para R\$ 300 mil a indenização a ser paga pela Zihuatanejo do Brasil Açúcar e Álcool S.A. aos pais de um menino de três anos que morreu em acidente em residência fornecida pela empresa para uso de seus empregados. O menino brincava com outras crianças na varanda da

# RADAR TRABALHISTA

casa vizinha à sua quando foi atingido na cabeça por uma estaca de madeira que caiu sobre ele.

[Enfermeira e advogado são condenados por uso de precedentes jurisprudenciais falsos em processo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 16/04/2026

A Primeira Turma do Tribunal Superior do Trabalho aplicou multa de 2% do valor da causa a uma ex-enfermeira da Associação Evangélica Beneficente Espírito-Santense por litigância de má-fé (uso abusivo do processo). Segundo o ministro Amaury Rodrigues, relator do caso, o advogado da enfermeira utilizou precedentes jurisprudenciais inexistentes e ementas inventadas no recurso.

[CCJ do Senado sabatina e aprova indicação da ministra Kátia Arruda para o CNJ](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/04/2026

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado Federal aprovou, nesta quarta-feira (15), a indicação da ministra Kátia Magalhães Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, para integrar o Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O desembargador Paulo Regis Machado Botelho e a juíza do trabalho Noemia Aparecida Garcia Porto, indicados como representantes da Justiça do Trabalho de segundo e de primeiro grau, também foram aprovados.

[Empregado que não voltou ao trabalho após greve julgada ilegal tem justa causa confirmada](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 15/04/2026

A Quinta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, manteve, por unanimidade, a justa causa por abandono de emprego aplicada pela Fundação Eros Ltda., de Nova Veneza (SC), a um operador de empilhadeira que participou de uma greve considerada ilegal e

# RADAR TRABALHISTA

não cumpriu a ordem judicial de voltar ao trabalho imediatamente. A Turma ressaltou que, embora seja um direito garantido pela Constituição Federal, a greve tem limites, como o respeito às decisões da Justiça do Trabalho e o cumprimento das leis.

[PLR negociada por comissão paritária de mineradora é válida mesmo sem assinatura de sindicatos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 14/04/2026

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por maioria, manter a validade do termo aditivo ao acordo de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2017 da CSN Mineração S.A., firmado sem a assinatura dos representantes dos sindicatos profissionais. A decisão levou em conta que a negociação foi conduzida por uma comissão paritária regularmente constituída, e os termos foram aprovados pela maioria de seus integrantes.

[Operadora que recebeu EPIs vencidos pode rescindir contrato com frigorífico](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 13/04/2026

A Sétima Turma do Tribunal Superior do Trabalho reconheceu o direito de uma operadora de produção da Seara Alimentos Ltda. de rescindir o contrato de trabalho em razão do fornecimento de equipamentos de proteção individual (EPIs) com prazo de validade expirado. Para o colegiado, a conduta da empresa foi negligente em relação à saúde da empregada e caracteriza descumprimento de obrigações contratuais e legais.

# RADAR TRABALHISTA

## Notícias do Executivo

[“Reduzir a jornada sem reduzir salário é valorizar a vida dos brasileiros”, diz Luiz Marinho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 16/04/2026

As centrais sindicais entregaram ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta quarta-feira (15), no Palácio do Planalto, as propostas da classe trabalhadora para o período de 2026 a 2030. O documento foi elaborado durante a plenária da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e traz como principais pontos a redução da jornada de trabalho e o fim da escala 6x1. A entrega ocorre em um momento em que o Governo do Brasil já encaminhou ao Congresso Nacional, na terça-feira (14), um Projeto de Lei em regime de urgência que prevê a redução da jornada sem diminuição de salários e estabelece o fim da escala 6x, uma demanda histórica das entidades sindicais.

[“Estamos falando de valorização da vida”, destaca Luiz Marinho sobre redução da jornada](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 15/04/2026

O Governo do Brasil encaminhou ao Congresso Nacional, em regime de urgência, o projeto de lei que propõe a redução da jornada máxima de trabalho no país de 44 para 40 horas semanais e o fim da escala de trabalho 6x1. A iniciativa integra a agenda de valorização dos trabalhadores e trabalhadoras. O anúncio foi detalhado em coletiva de imprensa no Palácio do Planalto, nesta quarta-feira (15), com a participação do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e do ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Guilherme Boulos.

[PAT 50 anos: homenagem na Câmara projeta futuro do programa com mais inclusão e eficiência](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/04/2026

# RADAR TRABALHISTA

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados realizou nesta terça-feira (14) sessão solene em homenagem aos 50 anos completados pelo Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), política pública que se consolidou como uma das principais iniciativas de promoção da saúde, segurança alimentar e qualidade de vida dos trabalhadores brasileiros

[MTE inicia pagamento do abono salarial para mais de 4,2 milhões de trabalhadores nesta quarta-feira \(15\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 14/04/2026

O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) inicia, nesta quarta-feira (15), o pagamento do terceiro grupo de trabalhadores com direito ao abono salarial. Serão pagos benefícios a 4.272.981 trabalhadores nascidos em março e abril, com um desembolso de R\$ 5,4 bilhões. O abono salarial será pago a 3.826.355 trabalhadores vinculados a empresas privadas cadastradas no Programa PIS, por meio da Caixa Econômica Federal, e a 446.626 trabalhadores servidores públicos vinculados ao Programa PASEP, por meio do Banco do Brasil. Neste calendário, o valor do benefício varia de R\$ 136,00 a R\$ 1.621,00, de acordo com a quantidade de meses trabalhados durante o ano-base 2024

[Governo do Brasil amplia direitos de terceirizados com reembolso-creche e jornada de 40 horas](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 13/04/2026

O secretário-executivo do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), Chico Macena, participou, ao lado do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, nesta segunda-feira, 13 de abril, da assinatura de atos que regulamentam o reembolso-creche e a ampliação do número de pessoas terceirizadas beneficiadas com a redução da jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais. Com essa ampliação, mais 40 mil pessoas terceirizadas serão beneficiadas, somando-se às mais de 19 mil já atendidas por medidas adotadas em 2024 e 2025.

# RADAR TRABALHISTA

## [Prévia do 13º antecipado já pode ser consultada no Meu INSS](#)

Ministério da Previdência Social - 15/04/2026

Os beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social já podem consultar a prévia dos valores do 13º salário por meio do site e do aplicativo Meu INSS, no extrato de pagamento. A medida faz parte da antecipação do pagamento do abono anual pelo Governo Federal. Nos meses de abril e maio de 2026, serão pagos os valores referentes a 35.147.192 benefícios. A antecipação transferirá aos beneficiários cerca de R\$ 39 bilhões como pagamento da primeira parcela (abril) e cerca de R\$ 39 bilhões com a segunda parcela (maio), totalizando R\$ 78,2 bilhões.

## [Mutirões do INSS registram 18 mil atendimentos no fim de semana](#)

Ministério da Previdência Social - 13/04/2026

O Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) realizou, no último fim de semana, mutirões de atendimento em diversas regiões do país, totalizando cerca de 18 mil atendimentos. O número supera a estimativa inicial de mais de 17 mil vagas, divulgada previamente. As ações incluíram perícias médicas — realizadas pela Perícia Médica Federal do Ministério da Previdência Social — e avaliações sociais, sob responsabilidade do INSS, etapas necessárias para a concessão de benefícios previdenciários e assistenciais. A mobilização ocorreu em diferentes unidades, com o objetivo de ampliar a oferta de atendimentos e contribuir para a redução do tempo de espera dos segurados.

## [Ana Cristina Silveira assume comando do INSS](#)

Ministério da Previdência Social - 13/04/2026

A partir desta segunda-feira (13), o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) passa a ser liderado por Ana Cristina Viana Silveira. Servidora de carreira, ela assume a presidência do órgão com a missão estratégica de acelerar a análise de benefícios e simplificar os

# RADAR TRABALHISTA

processos internos do Instituto. Ana Cristina substitui Gilberto Waller, que esteve à frente da instituição nos últimos 11 meses.

## [Saúde mental no trabalho avança como desafio no Brasil](#)

Fundacentro - 17/04/2026

A Saúde Mental no Trabalho consolidou-se como um dos principais desafios contemporâneos da saúde pública e do desenvolvimento socioeconômico. Mudanças recentes no mundo do trabalho, como intensificação de metas, flexibilização de vínculos, avanço tecnológico e precarização das relações laborais, têm impactado diretamente o bem-estar psíquico e a qualidade de vida dos trabalhadores. O tema é abordado em [documento](#) elaborado a partir de discussões entre a Fundacentro e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Eaesp), realizadas no Seminário Nacional de Saúde Mental e Trabalho. O material sistematiza evidências científicas, referenciais conceituais e normativos sobre a relação entre saúde mental e trabalho, com foco nos fatores psicossociais, no cenário epidemiológico brasileiro e em estratégias de prevenção e vigilância.

# RADAR TRABALHISTA

## Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Audiência coletiva traz debate sobre impacto das mudanças climáticas na saúde física e mental de trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/04/2026

Você já ouviu falar em “ecoansiedade”? O termo é utilizado para se referir a uma angústia pelo futuro do planeta no contexto de mudanças climáticas e catástrofes ambientais. No Abril Verde deste ano, mês de prevenção aos acidentes e doenças do trabalho, uma audiência coletiva promovida pelo Ministério Público do Trabalho PA-AP (MPT) abordou o tema das alterações do clima e sua relação com o mundo laboral.

[Confira a programação do I Congresso Capixaba de Direito e Processo do Trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 17/04/2026

De 6 a 8 de maio (quarta a sexta-feira) acontece o I Congresso Capixaba de Direito e Processo do Trabalho. O evento ocorre em homenagem aos 35 anos do Ministério Público do Trabalho no Espírito Santo (MPT-ES) e do Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região. O congresso será na sede do TRT-17, na Enseada do Suá, em Vitória.

[MPT-PR consegue suspender decisão que desobrigava empresa de transportes a cumprir cotas](#)

Ministério Público do Trabalho - 16/04/2026

Em ação rescisória ajuizada no mês de março, o Ministério Público do Trabalho no Paraná (MPT-PR) conseguiu suspender liminarmente decisão da primeira instância da Justiça do Trabalho que desobrigava uma empresa de transportes de Palotina a cumprir as cotas para pessoas com deficiência (PCDs) e aprendizes.

# RADAR TRABALHISTA

## [MPT participa de evento em Sinop e destaca mudanças da NR-1](#)

Ministério Público do Trabalho - 15/04/2026

O Ministério Público do Trabalho em Mato Grosso (MPT-MT) participou, na última quinta-feira (9), do evento Café com Negócios, promovido pela Associação Comercial e Empresarial de Sinop (Aces), a 481 km de Cuiabá, para discutir a atualização da Norma Regulamentadora n. 01 (NR-1), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

## [MPT aponta subnotificação nos registros sobre saúde e segurança de trabalhadores](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/04/2026

O principal problema que envolve a saúde e a segurança de trabalhadores no Brasil é a subnotificação. A avaliação é do titular da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat) do Ministério Público do Trabalho (MPT), Raymundo Ribeiro, durante audiência pública realizada nesta terça-feira (14), na Câmara dos Deputados. O debate ocorreu na Comissão de Administração e Serviço Público da Casa e discutiu o Sistema Nacional de Saúde dos Trabalhadores.

## [MPT obtém decisão que impede sindicato de negociar redução de direitos de aprendizes e gestantes no Vale do Rio Pardo](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/04/2026

O Ministério Público do Trabalho (MPT) obteve decisão favorável da Justiça do Trabalho que impede o Sindicato dos Trabalhadores em Vigilância, Segurança, Formação e Especialização em Vigilância, Segurança e Atividades Afins de Santa Cruz do Sul e Região de firmar acordos ou convenções coletivas que reduzam, flexibilizem ou suprimam direitos trabalhistas indisponíveis, especialmente os relacionados à aprendizagem profissional de adolescentes e jovens e à proteção da maternidade.

# RADAR TRABALHISTA

[Sentença determina a contratação de mais de 200 pessoas com deficiência ou reabilitadas por entidade de Cesário Lange \(SP\)](#)

Ministério Público do Trabalho - 14/04/2026

A Justiça do Trabalho condenou a Beneficência Hospitalar de Cesário Lange (SP), organização social que presta serviços em unidades públicas de saúde em diversos municípios paulistas, ao cumprimento, no prazo de 180 dias, da cota legal de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitadas. Com a decisão, a empresa deve contratar 209 trabalhadores nessas condições. A sentença obtida pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), autor da ação, também impôs à entidade o pagamento de indenização por danos morais coletivos no valor de R\$ 100 mil. Cabe recurso ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (TRT-15).

# RADAR TRABALHISTA

## Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

### [Pejotização avança e pode levar Brasil a “retrocesso civilizatório”, alerta dirigente do SINAIT em audiência na Câmara](#)

Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho - 15/04/2026

Em audiência pública realizada nesta terça-feira, 14 de abril, na Câmara dos Deputados, o diretor do SINAIT, Leonardo Decuzzi, alertou para o que classificou como uma “pandemia de fraudes” nas relações de trabalho no país, com risco de levar o Brasil a um retrocesso civilizatório nas condições laborais. O presidente do SINAIT, Bob Machado, e a diretora Rosa Jorge acompanharam a audiência, promovida pelo Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara.

### [Secretário de Inspeção do Trabalho deixa cargo](#)

Sindicato dos Auditores Fiscais do Trabalho - 13/04/2026

Foi publicada no [Diário Oficial da União](#) desta segunda-feira, 13 de abril, a dispensa de Luiz Felipe Brandão de Mello do cargo de Secretário de Inspeção do Trabalho. O ato, assinado em 10 de abril, formaliza a saída do gestor da função. Durante sua gestão, o secretário manteve diálogo institucional com o SINAIT, contribuindo para o encaminhamento de pautas relevantes para a atuação da Inspeção do Trabalho no país e para a melhoria da Carreira da Auditoria-Fiscal do Trabalho.

# RADAR TRABALHISTA

## eSocial

### [Indisponibilidade do sistema DCTFWeb](#)

eSocial - 17/04/2026

Informamos que no dia 25/04/2026, sábado, da 0h às 12h, o sistema da DCTFWeb ficará indisponível em decorrência da implantação de demanda evolutiva. Essa indisponibilidade afetará a recepção do evento de fechamento das folhas (S-1299), bem como os eventos S-2501/S-2555. A indisponibilidade alcança também os módulos simplificados – Doméstico, Segurado Especial e MEI. Nesses módulos, o envio do evento de desligamento (S-2299) também estará indisponível no período citado.

# RADAR TRABALHISTA

## Outras Notícias

### [Configuração de dano existencial exige comprovação de prejuízo à vida do trabalhador](#)

Consultor Jurídico - 18/04/2026

Não configura dano existencial passível de indenização, por si só, a prática de jornadas de trabalho excessivas, pois o dano exige a comprovação de um prejuízo concreto à organização da vida da vítima. Com esse entendimento, a 7ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) negou o pedido de indenização por dano existencial feito pelo açougueiro de um supermercado. A decisão confirmou a sentença proferida pela juíza Rachel Werner, da Vara do Trabalho de Guaíba (RS).

### [Impedir volta ao trabalho após ajuizamento de ação trabalhista gera rescisão indireta](#)

Consultor Jurídico - 18/04/2026

O impedimento do retorno ao trabalho após o ajuizamento de ação trabalhista configura falta grave do empregador, autorizando o reconhecimento da rescisão indireta do contrato de trabalho. Com esse entendimento, a 5ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reconheceu o direito à rescisão indireta requerida por um zelador que foi impedido de retornar ao trabalho após o ajuizamento de uma ação contra a empresa contratante e o condomínio para o qual prestava serviços.

### [Retenção de salário-maternidade de empregada no puerpério causa danos morais](#)

Consultor Jurídico - 18/04/2026

A licença à gestante e o salário-maternidade são direitos fundamentais que visam proteger a maternidade. A privação desses recursos em um momento de extrema vulnerabilidade da mãe e do recém-nascido ofende a dignidade humana, ultrapassa o mero ilícito contratual e gera danos morais.

# RADAR TRABALHISTA

titular da 3ª Vara do Trabalho de Gravataí (RS).

## [Falta de bens autoriza penhora de faturamento na execução trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 16/04/2026

A penhora sobre o faturamento de uma empresa é admissível na execução quando não houver outros bens passíveis de constrição, desde que o bloqueio seja limitado a um percentual que não comprometa o desenvolvimento regular das atividades econômicas. Com base nesse entendimento, a 1ª Câmara do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (interior de São Paulo) deu provimento a um agravo de petição para autorizar a penhora de 5% do faturamento de uma empresa executada.

## [Prêmio por cumprimento de metas não compõe cálculo de verbas trabalhistas](#)

Consultor Jurídico - 16/10/2026

Os valores pagos a título de premiação por cumprimento de metas, com base em desempenho superior ao ordinário, não têm natureza salarial. Por isso, essas quantias não integram a remuneração do empregado e não geram reflexos em outras verbas trabalhistas. Com base nesse entendimento, o juiz Fernando Corrêa Martins, da 56ª Vara do Trabalho de São Paulo, julgou improcedentes os pedidos de um trabalhador e negou a integração dos valores ao salário.

## [Homem é condenado por alegar gravidez em reclamação trabalhista](#)

Consultor Jurídico - 15/04/2026

A alteração da verdade dos fatos para responsabilizar a empresa por ilícitos inexistentes viola o dever de lealdade e configura litigância de má-fé. Essa foi a conclusão da juíza Marinês Denkievicz Tedesco Fraga, da 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo (RS), para julgar improcedentes os pedidos de um ex-empregado da JBS e condená-lo a pagar uma multa de R\$ 913.

# RADAR TRABALHISTA

## [Juíza afasta estabilidade provisória de gestante que mudou de emprego](#)

Consultor Jurídico - 14/04/2026

A garantia de emprego à gestante e a exigência de homologação sindical de sua demissão visam, principalmente, proteger o bebê. Com esse entendimento, a 1ª Vara do Trabalho de Passo Fundo (RS) afastou o pedido de uma grávida que conseguiu um novo emprego, com salário superior. Ela pretendia anular o próprio pedido de demissão e receber a indenização da estabilidade provisória.

## [Benefício da gratuidade e litigância de má-fé na Justiça do Trabalho](#)

Consultor Jurídico - 14/04/2026

A garantia constitucional de acesso à justiça é um dos alicerces do Estado democrático de Direito. Para que barreiras financeiras não impeçam o cidadão de defender seus direitos, o sistema jurídico brasileiro assegura assistência judiciária gratuita e integral a quem comprovar insuficiência de recursos. Essa proteção permite que trabalhadores e empregadores em situação de vulnerabilidade econômica litiguem em igualdade de condições perante o Estado-juiz. Acontece que, na prática, essa garantia frequentemente colide com outro pilar essencial do sistema: o dever de lealdade processual.

## [Quebra de isonomia salarial por causa de deficiência justifica demissão indireta](#)

Consultor Jurídico - 14/04/2026

A quebra de isonomia salarial em razão da deficiência física do empregado é um fator grave o suficiente para justificar a rescisão do contrato por culpa do empregador (demissão indireta). Além disso, a discriminação salarial viola o Estatuto da Pessoa com Deficiência e gera dano moral presumido. Com esse entendimento, a 2ª Turma do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) reconheceu que um trabalhador do setor alimentício sofreu discriminação salarial por ser pessoa com deficiência.

# RADAR TRABALHISTA

## [TST suspende análise de casos sobre geolocalização para aguardar decisão do STF](#)

Jota - 16/04/2026

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) suspendeu, na terça-feira (14/4), a análise de dois processos que versam sobre produção de provas por meio de geolocalização (prova digital) dos trabalhadores para aguardar decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) acerca da controvérsia. O pedido de suspensão dos casos partiu do relator, ministro Douglas Alencar Rodrigues, que entendeu por aguardar um posterior julgamento pelo STF sobre o debate envolvendo a geolocalização.

## [MPT não tem poder para incluir empresas na lista suja do trabalho escravo, decide TST](#)

Jota - 15/04/2026

A Subseção II Especializada em Dissídios Individuais (SDI-2) do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por unanimidade, que a inclusão de empresas na chamada lista suja do trabalho escravo é competência exclusiva do Executivo, ou seja, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE). Com esse entendimento, rejeitou, nesta terça-feira (14/4), pedido do Ministério Público do Trabalho (MPT) que determinava a inclusão na lista das empresas Agro Industrial Capela e Fazenda de Cana de Açúcar Taquari.

## [Proposta de Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador pode reduzir mortes e doenças no trabalho](#)

Revista Proteção - 17/04/2026

Especialistas ouvidos pela Comissão de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados defenderam a criação do Sistema Nacional de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Sinast). O objetivo do sistema será integrar dados e políticas públicas para enfrentar mortes e adoecimentos evitáveis no trabalho.

# RADAR TRABALHISTA

## [Entidades gaúchas debatem políticas de segurança do trabalho e riscos psicossociais](#)

Revista Proteção - 14/04/2026

O Ministério Público do Trabalho participou, na manhã desta terça-feira (14/4), da primeira reunião de 2026 do Grupo de Trabalho Interinstitucional da 4ª Região (Getrin), no Salão Nobre do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT-4), em Porto Alegre. O Getrin é uma iniciativa de cooperação técnica entre entidades parceiras para a implementação de programas e ações regionais voltadas à prevenção de acidentes de trabalho no âmbito do Programa Trabalho Seguro. O MPT-RS foi representado pela procuradora do trabalho Mônica Fenalti Delgado Pasetto, coordenadora para o RS da Coordenadoria Nacional de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho e da Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (Codemat).

## [CNTT de Acompanhamento da Política Nacional de SST tem novos representantes definidos](#)

Revista Proteção - 13/04/2026

O MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) publicou nesta segunda-feira (13), a Portaria nº 626/2026, que redefine a composição da CNTT (Comissão Nacional Tripartite Temática) de Acompanhamento da PNSST (Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho). A Comissão tem como atribuição acompanhar e avaliar a implementação da Política Nacional de Segurança e Saúde no Trabalho, promovendo o diálogo social entre governo, empregadores e trabalhadores sobre diretrizes e ações na área.

## [OIT convida líderes empresariais para uma nova série de webinars sobre os principais desafios no local de trabalho](#)

Organização Internacional do Trabalho - 17/04/2026

Uma nova temporada da série de webinars “Business is not as usual” reunirá líderes seniores de Organizações de Empregadores e de Representação Empresarial (EBMOs) para explorar como as instituições empresariais podem se adaptar e liderar em um am-

# RADAR TRABALHISTA

biente global em rápida transformação.

[OIT pede reforço da proteção social para todos os trabalhadores afetados pela mudança do clima](#)

Organização Internacional do Trabalho - 16/04/2026

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) publicou um novo relatório que insta governos e parceiros sociais a fortalecer a proteção social universal, incluindo para trabalhadores migrantes, refugiados e pessoas deslocadas, como parte dos esforços para enfrentar as mudanças climáticas e garantir uma transição justa para todas as pessoas. A publicação, Modelo de Intervenção: Como estender a proteção social a trabalhadores migrantes, refugiados e outras pessoas deslocadas no contexto da mudança do clima? ([Intervention Model: How to extend social protection to migrant workers, refugees and other displaced persons in the context of climate change?](#)), oferece orientações práticas para formuladores de políticas sobre como proteger pessoas afetadas pelo deslocamento relacionado ao clima

[Fragilidades no mercado de trabalho crescem com a intensificação dos choques globais, diz OIT](#)

Organização Internacional do Trabalho - 14/04/2026

Os mercados de trabalho globais parecem, em geral, estáveis, com o desemprego sem alterações e o crescimento seguindo até o início de 2026. No entanto, sob essa superfície, fragilidades estruturais — incluindo a ampla informalidade e a pobreza extrema — estão colocando milhões de trabalhadores e trabalhadoras em risco, afirmou o diretor-geral da Organização Internacional do Trabalho (OIT), Gilbert F. Houngbo.

[Conselho de Administração da OIT conclui sua 356ª Sessão](#)

Organização Internacional do Trabalho - 13/04/2026

# RADAR TRABALHISTA

O Conselho de Administração da Organização Internacional do Trabalho (OIT) concluiu sua 356ª Sessão (realizada de 23 de março a 2 de abril de 2026), na qual abordou uma ampla gama de questões trabalhistas globais, em consonância com seu mandato de promover o trabalho decente e avançar a justiça social. Os membros analisaram o progresso nas áreas normativa, técnica e de políticas da OIT, examinaram diversos casos de países e discutiram desafios atuais e emergentes que afetam trabalhadores e empregadores em todo o mundo.

[CBIC participa de debate em podcast da Câmara dos Deputados sobre fim da escala 6x1](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 17/04/2026

O vice-presidente financeiro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Eduardo Aroeira, participou do debate sobre a movimentação no Congresso Nacional pelo fim da escala 6x1 e redução da jornada de trabalho. Durante as discussões no podcast Me Conta+, da Câmara dos Deputados, nesta quinta-feira (16/04), Aroeira pontuou os impactos econômicos da medida. O episódio estará disponível quarta-feira (22/04) nos canais do [YouTube](#) e [Spotify](#).

[CCJC concede vista e adia PEC sobre redução da jornada de trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/04/2026

O presidente da Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC), Leur Lomanto Jr. (UNIÃO/BA), concedeu vista conjunta durante a discussão da admissibilidade da PEC 221/2019, que reduz a jornada de trabalho para 36 horas semanais em até 10 anos. A proposta tramita com a PEC 8/2025 (fim da escala 6x1) apensada. O pedido foi feito pelos deputados Lucas Redecker (PSD/RS) e Bia Kicis (PL/DF). A matéria, que conta com parecer pela admissibilidade do relator, Paulo Azi (UNIÃO/BA), poderá retornar à pauta a partir de 22 de abril.

[Presidente da Câmara confirma tramitação da redução da jornada de trabalho por meio de PEC](#)

# RADAR TRABALHISTA

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 16/04/2026

O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (REP/PB), anunciou que as discussões sobre o fim da escala 6x1 e a redução da jornada de trabalho semanal serão conduzidas por meio de emenda constitucional – as PECs 221/2019 e 8/2025, que tratam do assunto e estão na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC). A decisão foi tomada na quarta-feira (15/04), após reunião com os líderes partidários.

[Governo envia ao Congresso projeto que propõe o fim da escala 6x1 em urgência constitucional](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 15/04/2026

O governo federal encaminhou ao Congresso Nacional, nesta terça-feira (14), um projeto de lei que propõe o fim da escala de trabalho 6x1, modelo em que se trabalha seis dias para um de descanso, e a redução da jornada semanal de 44 para 40 horas, sem diminuição de salários. A medida foi formalizada por meio de mensagem publicada em edição extra do Diário Oficial da União.

[Abril Verde 2026: Sinduscon-RR e CEREST Boa Vista promovem ações de saúde e segurança nos canteiros de obras.](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 14/04/2026

O Sinduscon-RR, em parceria com o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Regional Centro Norte – CEREST Boa Vista, unidade vinculada à Secretaria Municipal de Saúde – SMSA de Boa Vista, deu início no dia 1º de abril à programação do Abril Verde 2026, campanha nacional dedicada à conscientização sobre a importância da saúde e segurança no trabalho. Com o tema: “Campanha Abril Verde: juntos pela redução de mortes por doenças e acidentes do trabalho no Brasil”, este ano as ações estão sendo realizadas diretamente nos canteiros de obras das empresas associadas ao Sinduscon-RR, levando orientação, informação e atividades educativas aos trabalhadores da construção civil.

# RADAR TRABALHISTA

## [CBIC ilumina sua sede em apoio ao Abril Verde](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 13/04/2026

A Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) iluminou sua sede de verde em adesão ao Abril Verde, mês de conscientização sobre a importância da Segurança e Saúde no Trabalho (SST). A iniciativa reforça o compromisso do setor com a prevenção de acidentes e a promoção de ambientes de trabalho mais seguros e saudáveis. Como parte da mobilização, a entidade também convidou suas associadas a participarem da campanha nacional, por meio de ações que ampliem a conscientização dentro do setor da construção. A iniciativa é conduzida pela Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT).

## [Normas técnicas orientam uso seguro de bebedouros em ambientes de trabalho](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 13/04/2026

A disponibilização de bebedouros em ambientes de trabalho deve seguir normas que garantem segurança, higiene e acessibilidade aos trabalhadores. No Brasil, as exigências estão previstas principalmente nas NR-18 e NR-24, além de normas da ABNT e certificações do Inmetro e da Anvisa. Entre os requisitos, está o fornecimento de água potável, filtrada e fresca, com uso de bebedouros de jato inclinado ou sistema equivalente, sem compartilhamento de copos. Os equipamentos devem ser fabricados com materiais adequados, como aço inox, e dimensionados conforme a demanda do local.

# RADAR TRABALHISTA

## Atos Normativos

[INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 2.321, DE 6 DE ABRIL DE 2026](#) (DOU de 14/04/2026 Seção I Pág. 94) - Altera a Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, que dispõe sobre normas gerais de tributação previdenciária e de arrecadação das contribuições sociais destinadas à Previdência Social e das contribuições devidas a terceiros, administradas pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 147, DE 13 DE ABRIL DE 2026](#) (DOU de 14/04/2026, Seção I Pág. 124) - Dispõe sobre o benefício de reembolso-creche à trabalhadora ou ao trabalhador alocado em contratos de prestação de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra previsto no art. 3º, inciso III, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, e disciplina a mensuração, execução e fiscalização de benefícios semelhantes previstos em normas coletivas;

[INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/MGI Nº 148, DE 13 DE ABRIL DE 2026](#) (DOU de 14/04/2026, Seção I Pág. 125) - Altera a Instrução Normativa nº 190, de 5 de dezembro de 2024, publicada no DOU de 6 de dezembro de 2024, para incluir novos serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra aptos à aplicação da redução de jornada de 44 horas para 40 horas semanais, de que trata o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 12.174, de 11 de setembro de 2024, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional;

[MENSAGEM Nº 300 DE 14 DE ABRIL DE 2026](#) (DOU de 14/04/2026 Seção I Extra Pág. 01) - Encaminha ao Congresso Nacional do texto do Projeto de Lei que "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, a Lei nº 6.615, de 16 de dezembro de 1978, a Lei nº 7.644, de 18 de dezembro de 1987, a Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998, a Lei nº 12.790, de 14 de março de 2013, a Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015, a Lei nº 13.475, de 28 de agosto de 2017, a Lei nº 14.597, de 14 de junho de 2023, e a Lei nº 14.967, de 9 de setembro de 2024, para dispor sobre a redução da duração normal do trabalho e sobre o descanso

# RADAR TRABALHISTA

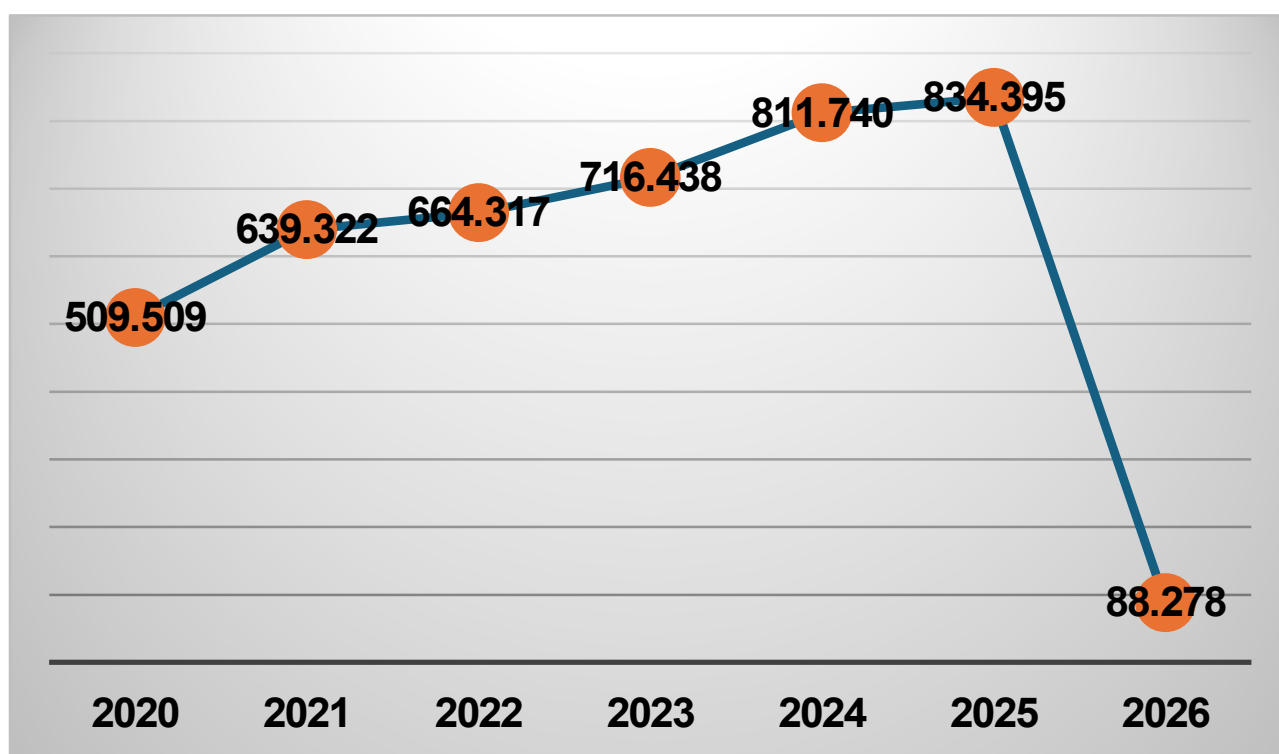
semanal remunerado dos trabalhadores que especifica;

[DECRETO Nº 12.936, DE 16 DE ABRIL DE 2026](#) (DOU de 17/04/2026 Seção I Pág. 04) - Promulga a Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho, relativa à Norma Mínima sobre Previdência Social, firmada em Genebra, em 28 de junho de 1952.

# RADAR TRABALHISTA

## Dados estatísticos do TST

Série histórica de Conciliações Homogadas na Justiça do Trabalho até fevereiro de 2026 (1ª e 2ª Instância):



Fonte: Tribunal Superior do Trabalho - TST

# RADAR TRABALHISTA

## Expediente

### **CÂMARA BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO (CBIC)**

**Renato Correia**  
Presidente

**Fernando Guedes Ferreira Filho**  
Presidente Executivo

### **COMISSÃO DE POLÍTICA DE RELAÇÕES TRABALHISTAS (CPRT/CBIC)**

**Ricardo Dias Michelin**  
Vice-presidente da CPRT/CBIC

**Gabriela Serafim**  
Gestora de Projetos da CPRT/CBIC

### **QUEIROZ NETO ADVOGADOS**

**Clovis Veloso de Queiroz Neto**  
Consultor CBIC e Responsável Técnico